

**Reflexões acerca de uma
abordagem interdisciplinar das
sociedades africanas**

Franz-Wilhelm Heimer
CEA/ISCTE

Retomando os termos de uma aula inaugural dada pelo autor, este texto destaca num primeiro passo três imperativos para toda a abordagem das sociedades africanas pelas ciências sociais: a de assumir o carácter de uma indagação permanente, a de optar por uma perspectiva interdisciplinar, e a de combinar o «olhar de dentro» com o «olhar de fora». Num segundo passo, salienta a necessidade de toda a investigação social em África ter em consideração de que se trata no continente, praticamente sem excepção, de formações sociais territoriais inacabadas e em rápida recomposição.

Based on an opening conference given by the author, this text formulates in a first step three demands on all approaches of African societies undertaken by the social sciences: to internalise that social sciences are essentially about questions and much less about answers, to opt for an interdisciplinary perspective, and to combine the «regard from within» with the «regard from the outside». In a second step, it underlines the need for all social science research in Africa to take into account that, practically without exception, all countries on the continent have social formations which are defined by territory, are far from having achieved consolidation, and are characterised by processes of rapid recomposition.

Reprenant les termes d'une conférence inaugurale donnée par l'auteur, ce texte formule dans un premier temps trois impératifs pour toute approche des sociétés africaines par la voie des sciences sociales: celui d'assumer le caractère d'un questionnement permanent, celui d'opter pour une perspective interdisciplinaire, et celui de combiner le «regard de dedans» avec le «regard de dehors». Dans un second temps, il souligne la nécessité pour toute recherche sociale en Afrique de tenir compte du fait que, pratiquement sans exception, les pays du continent sont constitués par des formations sociales territoriales inachevées et en recomposition rapide.

Observações preliminares

As ciências sociais como trabalho de indagação

As ciências sociais não produzem saberes definitivos que, acumulados, constituiriam o seu «acervo». No fundo, apenas propõem «olhares» sobre as sociedades humanas, e as suas indagações resultam, a cada passo, em respostas provisórias, as quais conduzem a novas perguntas e pesquisas, e que sempre possuem um alcance limitado no tempo e no espaço, dadas as transformações permanentes do seu «objeto de análise».

Trata-se aqui de uma evidência que, sendo quase banal, é frequentemente esquecida não apenas nos discursos a nível do senso comum, mas também no quotidiano do ensino e até da investigação em ciências sociais.

Ora, se o trabalho em ciências sociais consiste em formular perguntas que servirão de ponto de partida para a procura de saberes, mesmo que estes sejam por definição de validade sempre condicional e limitada, então os próprios termos destas perguntas devem ser matéria da maior cautela. Não é admissível que sejam o reflexo de simples hábitos de pensar, de «colagens» à terminologias correntes, ou então de intuições pessoais, mas é-lhes exigível uma transparência dos interesses epistemológicos que traduzem. E corresponde à mais elementar deontologia das ciências sociais que em cada discurso, escrito ou não, seja tornado explícito o «campo de visão» proposto – por outras palavras, aquilo que os instrumentos analíticos escolhidos (conceitos, hipóteses) permitem captar, e aquilo que excluem do estudo e da análise.

O imperativo da interdisciplinaridade

Autores como Immanuel Wallerstein e Boaventura Sousa Santos não se cansam de chamar a nossa atenção para a necessidade de libertarmo-nos da verdadeira camisa de força que constitui a existência, no campo das ciências sociais, de uma pluralidade de «disciplinas académicas», institucionalizadas no decorrer de processos históricos nunca lineares e em parte significativa aleatórios. Se é verdade que cada uma começou por corresponder a lógicas próprias, elas interpenetram-se hoje cada vez mais, e as tentativas de justificar a sua existência separada, invocando tradições metodológicas e vocações temáticas específicas, soam cada vez mais ocas, sendo difícil escapar à conclusão de que, numa medida considerável, correspondem a racionalidades corporativas.

* Versão revista da aula inaugural para o ano lectivo de 2001/2, proferida perante os docentes e discentes da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 7 de Setembro de 2001.

Ora, a estratégia alternativa, cuja prática tem vindo a crescer globalmente, apesar das fortes resistências que permanecem, consiste em pôr a proveito, para a definição das problemáticas, para a formulação das indagações, para a execução das pesquisas e para a elaboração das análises, o conjunto dos instrumentos e das experiências oferecidos por todo o leque das «disciplinas»: da antropologia, ciência política, demografia e sociologia até à economia e às ciências empresariais, das ciências da educação, geografia social e história até à psicologia social.

Olhares-de dentro e olhares de fora

Como qualquer outro actor social, o cientista social é condicionado pela sua sociedade de origem, bem como pelas outras sociedades onde eventualmente passou também por processos de socialização. Resultam daí, nas ciências sociais, diferenças notáveis entre as situações dos que interpelam uma sociedade de que fazem parte, e os que se debruçam sobre sociedades a que não pertencem. Ambas as situações têm vantagens e inconvenientes.

O cientista que trabalha sobre a sua própria sociedade tem dela à partida o vasto e diferenciado conhecimento que só a convivência intensa permite adquirir. O seu «olhar de dentro» estará, porém, sempre condicionado, e no limite enviesado, pelo facto de ele ter, no tecido social a que pertence, um lugar específico de inserção: fará parte de uma determinada classe social, comunidade religiosa, constelação regional e/ou localização no eixo rural-urbano, e será marcado por identidades sociais de toda a ordem, das étnicas e raciais até às nacionais.

O «olhar de fora» do cientista social que é originário de uma sociedade diferente daquela que estuda, dificilmente chegará a ter dela o conhecimento amplo e íntimo que propicia uma longa socialização neste contexto. Esta limitação é, ao mesmo tempo, a sua vantagem: como não «faz parte» e não está sujeito aos «interesses epistemológicos» inerentes a cada inserção social específica, terá maiores facilidades em conseguir aquele recuo que é imprescindível para todas as análises em ciências sociais.

Postulados para o exame das sociedades africanas

Os pontos atrás formulados não têm, obviamente, uma validade limitada à África. Face a muitos dos discursos sobre África, a nível científico e do senso comum, que se registam no próprio continente e fora dele, sugerem, no entanto, que todos os três têm uma relevância especial para os estudos africanos em ciências sociais.

O primeiro constitui a recusa de uma tendência que, infelizmente, persiste em relação às sociedades africanas, e isto tanto por parte de africanos como de não africanos. Tendência esta que considera as sociedades africanas como tendo determinadas características constitutivas e inatas, específicas e imutáveis, e que espera das ciências sociais que confirmem esta visão, naturalmente com maiores detalhes, e frequentemente para fins de engenharia social. Parece importante afastar desde o início tal perspectiva, remetendo para a vocação das ciências sociais para a interpelação, sem preconceitos nem «viseiras», das realidades africanas complexas e sujeitas a permanentes mutações.

O segundo, valendo-se das experiências entretanto acumuladas a nível internacional, no domínio dos estudos africanos em ciências sociais, representa um apelo aos estudiosos de África, africanos e não africanos, para que não se deixem entrar pelas tradicionais divisões entre «disciplinas» – especialmente quando do desenvolvimento das ciências sociais em África se trata. É justamente neste domínio que o imperativo da interdisciplinaridade (ou transdisciplinaridade) se coloca com particular vigor.

E o terceiro serve para realçar a importância fundamental de os cientistas sociais africanos e não africanos conjugarem os seus esforços para compreender as realidades do continente, valendo-se cada um das vantagens do seu olhar específico, e aproveitando o diálogo com o respectivo outro olhar para superar as suas próprias limitações.

O desafio da África às ciências sociais: formações sociais territoriais inacabadas e em recomposição rápida

Os três postulados acima listados assumem toda a sua importância quando confrontados com a realidade contemporânea das sociedades africanas. Sendo aqui o ponto central que a configuração básica dos tecidos sociais existentes em cada um dos países africanos não corresponde do todo ao ideal tipo que, habitualmente, se tem em mente nos discursos de senso comum, e frequentemente também nos discursos em ciências sociais.

Este discurso assume com «normal» uma trajectória em que, num dado momento e por processos eventualmente diversos, se constitua um «povo»; que este «povo» se fixe num determinado espaço geográfico; que passe por um processo de criação e sedimentação de estruturas culturais, económicas e políticas próprias; que gira uma identidade social abrangente («nacional»); que lhe corresponda, no quadro do sistema-mundo, um território e um Estado congruentes com esta «identidade nacional».

Ora, mundo afora há inúmeros exemplos de um ideal tipo completamente diferente, mas pouco presente no discurso comum e na construção de abordagens analíticas. Nestes casos, o primeiro espaço é a delimitação política (frequentemente mili-

tar) de um dado espaço; este espaço é a seguir constituído em território mais ou menos «fechado»; promove-se dentro das suas fronteiras a interacção entre as populações existentes neste território, e que muitas vezes representam uma diversidade maior ou menor de tecidos sociais, cada um organizado em moldes próprios; vai-se constituindo, ao longo de períodos de duração variável, um tecido social integrado e abrangente, coincidente com o território desmarcado; este processo gera uma identidade social correspondente a esta nova formação social, geralmente apelidada de «nação», na maior parte das vezes sem que desapareçam as identidades sociais anteriormente existentes.

Na Europa, exemplos «relativamente bem sucedidos» deste segundo ideal tipo são a Espanha e a Suíça, enquanto «mal sucedidas» foram as experiências da União Soviética e da Jugoslávia. Na Ásia, temos nesta categoria os casos «problemáticos» da Birmânia e da Indonésia. Nas Américas (como na Austrália e a Nova Zelândia), o extermínio (total ou parcial) da população autóctone, na maior parte dos territórios mais tarde constituídos em países, a par de uma forte imigração de origem europeia, africana e asiática, criou uma situação *sui generis*, mas onde – à semelhança do ideal tipo aqui invocado – também se coloca a questão da constituição, dentro de fronteiras dadas, de uma formação social abrangente e integrada, a partir de tecidos sociais diversos.

Ora, em virtude do processo de ocupação colonial, toda a África – exceptuando talvez o Burundi, o Rwanda e a Swazilândia – enquadra-se no ideal tipo alternativo. Foi a ocupação colonial que, poucas gerações atrás, procedeu à demarcação dos territórios, promovendo através de processos muitas vezes violentos e sempre de intervenção estrutural incisiva, dinâmicas cuja lógica foi no sentido de engendrar a sucessão de fases acima esboçada. E os Estados pós-coloniais africanos inscrevem-se nesta mesma lógica, com excepções apenas pontuais¹. Mas, na maior parte dos casos, a integração das formações sociais territoriais está tudo menos conseguida, enquanto já são manifestos inúmeros processos de desintegração e de recomposição. Usando a linguagem do escritor Mia Couto², e extrapolando do caso moçambicano para a África ao Sul do Saara, pode dizer-se que os países africanos contemporâneos, ao menos os de alguma dimensão, abrangem sempre uma pluralidade de mundos que coexistem, se sobrepõem e interpenetram, que se encontram envolvidos em processos muitas vezes acelerados de mutação, e cuja configuração complexa está muito longe de corresponder à ideia de sociedades «nacionais» coerentes e sedimentadas, para já não falar em homogéneas.

O desafio daí resultante para os estudos africanos em ciências sociais é o de nortear-se por esta realidade fundamental, assumindo como ponto de partida que todas as problemáticas parcelares têm de ser localizadas neste contexto. Para cada país,

¹ Veja Franz-Wilhelm Heimer, «Fronteiras e identidades sociais em África», in A. C. Gonçalves (org.), *Multiculturalismo, poderes e etnicidades na África Subsariana*, Porto, Faculdade de Letras & Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2002, pp. 23-27.

² Em entrevista com o autor, em Maputo, Setembro de 2001.

importa estabelecer – num esforço livre de ideologias e instrumentalizações, interdisciplinar, e onde se recorre aos olhares de dentro e de fora – como e em que medida os tecidos sociais existentes no respectivo território foram encaminhados em direcção a uma formação social abrangente, tanto a nível das práticas quanto ao do pensamento social (identidades sociais); se e em que medida este processo foi (globalmente, regionalmente, sectorialmente) bloqueado ou invertido; quais os processos de recomposição que eventualmente se verificaram; com é que, nestas dinâmicas todas, se conjugaram – ou não – lógicas endógenas e exógenas.

Não se advoga, de maneira alguma, uma primazia – ou prioridade no tempo – de esforços de investigação, reflexão e análise subordinados à preocupação de captar as formações sociais territoriais na sua abrangência. O que, isto sim, parece de importância vital é que, por um lado, haja em relação a todos os países africanos esforços neste último sentido, e que, por outro lado, as indagações mais específicas estejam sempre de algum modo referidas a este quadro.